

POLÍCIA MILITAR

DE MINAS GERAIS

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS CENTRO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

CHO-CSTGSP/2022

(Edital DRH/CRS n. 16/2021, de 30 de dezembro de 2021)

GABARITO PRELIMINAR

1ª QUESTÃO	A	B	C	D
2ª QUESTÃO	A	B	C	D
3ª QUESTÃO	A	B	C	D
4ª QUESTÃO	A	B	C	D
5ª QUESTÃO	A	B	C	D
6ª QUESTÃO	A	B	C	D
7ª QUESTÃO	A	B	C	D
8ª QUESTÃO	A	B	C	D
9ª QUESTÃO	A	B	C	D
10ª QUESTÃO	A	B	C	D
11ª QUESTÃO	A	B	C	D
12ª QUESTÃO	A	B	C	D
13ª QUESTÃO	A	B	C	D
14ª QUESTÃO	A	B	C	D
15ª QUESTÃO	A	B	C	D
16ª QUESTÃO	A	B	C	D
17ª QUESTÃO	A	B	C	D
18ª QUESTÃO	A	B	C	D
19ª QUESTÃO	A	B	C	D
20ª QUESTÃO	A	B	C	D

21ª QUESTÃO	A	B	C	D
22ª QUESTÃO	A	B	C	D
23ª QUESTÃO	A	B	C	D
24ª QUESTÃO	A	B	C	D
25ª QUESTÃO	A	B	C	D
26ª QUESTÃO	A	B	C	D
27ª QUESTÃO	A	B	C	D
28ª QUESTÃO	A	B	C	D
29ª QUESTÃO	A	B	C	D
30ª QUESTÃO	A	B	C	D
31ª QUESTÃO	A	B	C	D
32ª QUESTÃO	A	B	C	D
33ª QUESTÃO	A	B	C	D
34ª QUESTÃO	A	B	C	D
35ª QUESTÃO	A	B	C	D
36ª QUESTÃO	A	B	C	D
37ª QUESTÃO	A	B	C	D
38ª QUESTÃO	A	B	C	D
39ª QUESTÃO	A	B	C	D
40ª QUESTÃO	A	B	C	D

Belo Horizonte, 12 de março de 2022.

**(a) CLAUDIO APARECIDO DA SILVA, TEN CEL PM
CHEFE DO CENTRO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO**



**DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
CENTRO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO**



PROCESSO SELETIVO INTERNO PARA ADMISSÃO AO CURSO DE HABILITAÇÃO DE OFICIAIS/CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS PARA O ANO DE 2022.

CHO-CSTGSP/2022

(Edital DRH/CRS n. 16/2021, de 30 de dezembro de 2021).

Língua Portuguesa – Doutrina Operacional – Legislação Institucional – Legislação Jurídica.

NOME: _____.

CPF: _____ **IDENTIDADE:** _____.

NR PM: _____ **SALA:** _____.

DATA: _____.

ORIENTAÇÕES AOS CANDIDATOS:

1. Respeitar rigorosamente as normas de prevenção da COVID-19.
2. Abra este caderno de prova somente quando autorizado.
3. Prova sem consulta.
4. Esta prova contém 40 (quarenta) questões, valendo 2,5 (dois vírgula cinco) pontos cada e valor total de 100 (cem) pontos.
5. Para cada questão existe somente uma resposta correta.
6. Responda as questões e marque a opção na folha de respostas, usando caneta (tinta azul ou preta). É proibido utilizar lápis, lapiseira ou similares e borracha.
7. Não será admitido qualquer tipo de rasura na folha de respostas. As questões rasuradas, ou em branco ou com dupla marcação serão consideradas nulas para o candidato.
8. O tempo máximo permitido para a realização das provas objetiva e dissertativa será de 04 (quatro) horas, assim distribuídos: das 08h30 às 11h30: resolução da prova objetiva e preenchimento da folha de respostas; das 11h30 às 12h30: confecção da redação.
9. É proibido o porte/posse de lápis, lapiseira, borracha, de aparelhos e equipamentos eletrônicos, computadores, máquinas calculadoras, telefones celulares, relógios de qualquer tipo, alarmes de veículos, chaves ou outros similares.
10. Iniciada a prova, os candidatos somente poderão deixar a sala, e a esta retornar, exclusivamente para uso de sanitários ou bebedouros (respeitadas as regras de controle e prevenção da COVID-19), no intervalo de tempo abrangido pela segunda hora de realização da prova, devidamente acompanhados por fiscal do concurso.
11. Ao final da prova, entregue ao aplicador a folha de redação, a folha de respostas da prova objetiva e o caderno de provas, devidamente preenchidos, conferidos e assinados.

Assinatura do Candidato

Leia atentamente o texto abaixo e, em seguida, responda às questões propostas.

Infoxicação: como navegar em segurança pelo mar de informações

Este artigo é a primeira informação que você consome hoje? Dificilmente. Ainda que você não tenha aberto nenhum portal de notícias e este seja o primeiro do dia, com certeza você já checkou algumas (muitas!) vezes o WhatsApp, o LinkedIn, o Instagram, a sua caixa de e-mails... Isso sem contar as informações que surgem de mecanismos, digamos, mais “básicos”, como as conversas presenciais — aliás, comentamos sobre esse hábito esquecido no artigo sobre o ClubHouse.

São muitas plataformas diferentes, todas elas fontes de informação importantes para o trabalho e também o lazer. Você tem ideia do que isso significa em números? A cada minuto, 347.222 Stories são feitos no Instagram, 41.666.667 mensagens são enviadas por WhatsApp, 500 horas de vídeo no YouTube são consumidas e 404.444 horas de conteúdo da Netflix é exibido no mundo.

Esses dados são do levantamento anual “Data Never Sleeps”, feito pela empresa de software em nuvem Domo, e nos ajudam a ter uma dimensão melhor da quantidade gigantesca de dados às quais estamos submetidos.

Justamente por conta dessa abundância toda, discutimos também questões relacionadas à proteção de dados. A sigla LGPD, aliás, está em alta há algum tempo, tamanha a importância do tema. Porém, você já parou para pensar em outro tipo de proteção? Falamos muito em proteção dos dados, mas o quanto discutimos a nossa proteção em relação aos dados?

Não quero atribuir aos dados um perigo inerente. O problema não é a informação em si, mas a forma que nos relacionamos com ela. Aumentamos de maneira exponencial a produção de dados, mas o nosso aprendizado sobre esse novo contexto não passou pela mesma revolução. Sabe aquela sensação de se sentir sufocado pela quantidade de informações? É a ela que me refiro.

Essa sensação, inclusive, tem nome: infoxicação. O termo atribuído ao físico espanhol Alfons Cornella teria surgido na década de 1990, mas descreve algo muito atual: a intoxicação pelo excesso de informação.

Uma intoxicação que, de um lado, interfere na nossa atenção — aquilo de ficar com um olho no celular e o outro na comida enquanto jantamos com a família —, e de outro afeta a nossa saúde mental, pois gera angústia e ansiedade por tentarmos estar a par de tudo o que acontece no mundo, no país, no trabalho, com os amigos e familiares. No fim, nem estamos presentes de fato — não à toa se fala tanto em economia da atenção —, nem bem informados.

Comento tudo isso não para deixá-lo preocupado, mas para pensarmos juntos na forma como nos relacionamos com os dados atualmente. Afinal, não basta ter acesso ao conteúdo, é necessário saber o que fazer com eles, saber selecionar, filtrar, avaliar.

Dizemos que estamos na Era da Informação, só que, ao mesmo tempo, vivemos uma crise de desinformação, em que coisas como fake news e desconfiança já se tornaram normais.

Aliás, a edição de 2019 da “Carreira dos Sonhos”, pesquisa conduzida pela Cia de Talentos, mostrou que apenas 37% dos jovens, 31% da média gestão e 40% da alta liderança concordam que a empresa em que trabalham é transparente.

Quando o assunto é troca de conhecimento, só 44% dos profissionais jovens, 28% dos que estão em cargo de média gestão e 31% da alta liderança acreditam que seus colegas compartilham informações que ajudam no trabalho.

Se queremos avançar como sociedade, empresas, setores e economia, se queremos evoluir como pessoas, cidadãos, profissionais e líderes, precisamos parar um momento e discutir um pouco mais essa enxurrada de dados. Não só isso, mas discutir o que fazer com ela e como mudar nossa relação com o conhecimento, tanto no ambiente de ensino quanto no do trabalho. Uma dica para começar a lidar com essa questão? Resista ao hábito de querer fazer tudo ao mesmo tempo, de baixar mil livros e não ler nenhum, de começar a seguir várias contas, mas nunca de fato consumir o conteúdo. Quem tenta acompanhar tudo acaba ou não acompanhando nada ou se aprofundando muito pouco.

De novo: é importante saber selecionar, filtrar, avaliar. Criar listas de prioridade, reconhecer nossos limites e usar os recursos (incluindo o tempo) a nosso favor para que as informações não sejam uma enxurrada que nos arrastam. Em vez disso, melhor é aprender a navegar com confiança e segurança por esse mar de conteúdo.

ESTEVEES, Sofia. Infociação: como navegar em segurança pelo mar de informações. Exame, 2021. Disponível em: <https://exame.com/blog/sofia-esteves/infocacao-como-navegar-em-seguranca-pelo-mar-de-informacoes/> Acesso em 15fev.2022.

1ª QUESTÃO – Sobre o artigo que você acabou de ler, há uma alternativa **INCORRETA**. Assinale-a.

- A. () Há predomínio da linguagem denotativa sobre a conotativa empregada, eventualmente, com vistas a trazer maior expressividade ao texto.
- B. () A autora discorre sobre um assunto cotidiano, mas que ela julga ser relevante. A intenção do texto é manter o leitor informado, sem criar alarde sobre a questão ou tentar dissuadi-lo.
- C. () A autora explora o emprego do verbo na primeira pessoa do discurso.
- D. () A autora utiliza argumentação consistente para sustentar seu ponto de vista e se vale de recursos linguísticos variados, com o fito de convencer e persuadir o leitor.

2ª QUESTÃO – Assinale a alternativa cujo fragmento apresenta uma figura de linguagem conhecida como **SILEPSE**:

- A. () “Em vez disso, melhor é aprender a navegar com confiança e segurança por esse mar de conteúdo.”
- B. () “(...) Isso sem contar as informações que surgem de mecanismos, digamos, mais “básicos”, como as conversas presenciais (...)”
- C. () “(...) e nos ajudam a ter uma dimensão melhor da quantidade gigantesca de dados às quais estamos submetidos.”

D. () “(...) reconhecer nossos limites e usar os recursos (incluindo o tempo) a nosso favor para que as informações não sejam uma enxurrada que nos arrastam.”

3ª QUESTÃO – Considere as seguintes palavras: *Infoxicação*, *desconfiança*, *justamente* e *desinformação*. Sobre os processos de formação de palavras que as originaram, é **CORRETO** afirmar:

- A. () A palavra *Infoxicação* é um neologismo, criada a partir de um processo conhecido como composição por aglutinação.
- B. () As palavras *desconfiança* e *desinformação* foram criadas a partir de um mesmo processo, denominado composição por justaposição.
- C. () As palavras *justamente* e *infoxicação* são oriundas do processo de derivação parassintético.
- D. () As palavras *desconfiança* e *justamente* foram criadas a partir dos processos de derivação sufixal e composição por justaposição, respectivamente.

4ª QUESTÃO – Considere o seguinte trecho: “Dizemos que estamos na Era da Informação, **só que**, ao mesmo tempo, vivemos uma crise de desinformação, em que coisas como fake news e desconfiança já se tornaram normais”. Sobre a expressão em destaque, é **CORRETO** afirmar:

- A. () Em termos semânticos, não haveria prejuízo à compreensão do texto se a expressão em destaque fosse substituída por uma conjunção subordinativa condicional.
- B. () A expressão destacada, ainda que seja uma locução conjuntiva, é um dos vários exemplos de oralidade presentes no texto, levando o leitor a interpretações dúbias.
- C. () A expressão em destaque é uma locução conjuntiva subordinativa, que estabelece um sentido de conformidade ao texto.
- D. () Apesar do cunho coloquial, a expressão destacada equivale a uma conjunção coordenativa adversativa, evidenciando uma situação de ressalva.

5ª QUESTÃO – Com relação ao previsto na **Diretriz n. 3.01.01/2019-CG** - Diretriz Geral para Emprego Operacional da Polícia Militar de Minas Gerais (DGEOp), notadamente sobre o Planejamento das Intervenções Policiais, analise a situação a seguir:

O Comandante do 90º BPM, ciente da realização de um evento na área de responsabilidade territorial de uma Companhia subordinada ao comando do seu Batalhão, determinou ao P/3 da Unidade que produzisse uma Ordem de Serviço para emprego do policiamento na referida situação.

O Oficial P/3 cumpriu a ordem do Comandante da Unidade e no planejamento do policiamento considerou as seguintes previsões:

- I. No planejamento da intervenção policial a racionalização do emprego de recursos humanos e materiais é fundamental para a eficiência e eficácia das atividades, e deve ter por base informações gerenciais de segurança pública.
- II. No planejamento para o emprego da tropa levou-se em conta, dentre os fatores intervenientes básicos, como sendo fatores condicionantes o local da atuação, o dia da semana, o horário, o clima, a disponibilidade de recursos.
- III. A supervisão operacional da atividade desenvolve papel importantíssimo para detectar vulnerabilidades em determinados pontos e a saturação de meios e efetivos em outros, indicando a necessidade de remanejamentos no momento oportuno, ainda dentro do mesmo turno de serviço.
- IV. O comandante da operação a ser desencadeada por ocasião do evento deverá realizar uma instrução com a tropa empregada, uma vez que, em qualquer ação, o policial militar deverá estar bem instruído, utilizar adequadamente os meios disponíveis, em especial no tocante a armamento e equipamento, e receber ordens claras que devem ser resumidas em documentos pertinentes.

Estão **CORRETAS** as assertivas:

- A. () Todas as assertivas estão corretas.
- B. () I, III e IV, apenas.
- C. () I e IV, apenas.
- D. () II e III, apenas.

6ª QUESTÃO – Com relação ao previsto na **Diretriz para a Produção de Serviços de Segurança Pública nº 3.01.10/2019- CG, de 04/06/2019**, que norteia a atuação da Polícia Militar de Minas Gerais segundo a filosofia de Polícia Comunitária, analise a situação a seguir:

O modelo de gestão da rotina operacional adotado na PMMG foi alicerçado na intervenção estratégica do policiamento comunitário, na desconcentração dos serviços policiais, oferecendo ao policial um espaço territorial em que possa identificar demandas, planejar ações adequadas ao tratamento do fenômeno criminal e contribuir para o fortalecimento da sensação de segurança, em harmonia com os anseios da comunidade. Para tanto, a instituição definiu as práticas de policiamento comunitário para desenvolver ações efetivas junto à comunidade.

Sobre as práticas de policiamento comunitário, marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () As visitas comunitárias são relacionamentos informais diuturnos que o policial militar realiza com membros da comunidade, em momentos diversos.
- B. () As visitas de acompanhamento ao suspeito infrator ou autor de delito não se enquadram como práticas de policiamento comunitário, uma vez que se referem prioritariamente a uma atividade de repressão qualificada e não uma atividade preventiva.

- C. () Os contatos comunitários são contatos pessoais realizados por policiais militares, diretamente com os membros da comunidade, em suas residências ou locais em que exerçam alguma atividade laborativa. Tem o propósito de ampliar a sensação de segurança, propiciar maior proximidade da comunidade e do policial militar, promover mudanças de comportamento com vistas à autoproteção e permitir ao policial captar problemas de segurança pública (crime, medo do crime e desordens físicas e morais).
- D. () As reuniões comunitárias são uma das principais práticas de policiamento comunitário desenvolvidas pela PMMG para captação de problemas de segurança pública. Conceitualmente, a reunião comunitária pode ser definida como um encontro coletivo, o qual conta com a participação de membros da comunidade e representantes de órgãos públicos e privados, para discutir assuntos diversos que sejam motivo de preocupação e tenham impacto na qualidade de vida da localidade, como por exemplo, a segurança pública.

7ª QUESTÃO – O texto da **Diretriz para a Produção de Serviços de Segurança Pública n. 3.01.09/2018 - CG, de 20/12/2018**, que regula a atuação da PMMG segundo a filosofia dos Direitos Humanos, apresenta uma citação do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (positivado no país pelo Decreto 592, de 06 de julho de 1992), que em seu artigo 6º prevê que “Ninguém poderá ser arbitrariamente privado de sua vida”.

Com relação à interpretação contida na Diretriz, acerca do excerto, marque a alternativa **INCORRETA**:

- A. () Em dadas circunstâncias, nem mesmo o direito à vida é absoluto, quando a privação dela seja justificada, necessária, razoável e proporcional.
- B. () Os países devem proteger a vida a qualquer custo, pois, além de ser um direito absoluto, este é o bem jurídico tutelado de maior relevância no ordenamento jurídico de um país.
- C. () O proibitivo não é tirar a vida, mas sim, fazê-la de forma arbitrária.
- D. () O direito à vida é um direito inderrogável, ou seja, não pode ser abolido, anulado ou invalidado.

8ª QUESTÃO – Um Tenente possui, na Unidade em que está alocado, as seguintes funções e encargos: Comandante do Setor A, Oficial de Informática, Membro de Conselho de Ética e Disciplina Militar da Unidade e concorre à escala de Coordenador de Policiamento da Unidade (CPU). Numa determinada data, o Tenente estando de CPU, realizou uma fiscalização em uma Base de Segurança Comunitária do setor ao qual comanda, tendo ocorrido as seguintes situações:

- I. Ao chegar na BSC, foi informado pelo policial militar comandante da Base que a impressora térmica utilizada para impressão de REDS encontrava-se com problema. Como o Tenente é Oficial de Informática da Unidade, e a impressora contempla o rol de equipamentos e recursos tecnológicos da BSC, verificou a situação do equipamento e conseguiu colocá-lo novamente em operação.

- II. Os militares empregados nas motocicletas reportaram ao Tenente que os cartões programa se encontravam demasiadamente desatualizados e que deveriam ser atualizados para que pudessem prestar o serviço com maior qualidade, pois conforme avaliação dos militares, os itinerários e pontos-base contemplados no documento não continham as Zonas Quentes de Criminalidade (ZQC) do setor. O Oficial disse que os militares deveriam encaminhar o pleito em relação aos Cartões Programa diretamente à Seção de Emprego Operacional da Unidade (P/3) para esta seção encaminhasse ao Comandante de Companhia o qual é responsável pela atualização. O Tenente ainda corrigiu os militares motociclistas dizendo que eles deveriam ser mais técnicos e que os termos utilizados por eles estavam inadequados, pois o que eles queriam dizer quanto aos locais que por sua característica e histórico do registro de ocorrências policiais, apresentem grande probabilidade de reincidência, demandando emprego preventivo e repressivo direcionado e dedicado seriam melhores conceituados como Local de Risco de Ação Policial e não Zonas Quentes de Criminalidade (ZQC).
- III. Um dos policiais militares que trabalhava na Base pediu ao Tenente para ser alocado em outro serviço, pois não havia adaptado ao serviço da BSC. O Oficial respondeu que isso não seria possível, pois, conforme previsto na Instrução que disciplina o emprego da BSC, os Comandos Operacionais devem envidar esforços para manter os policiais militares fixos nas Bases, fomentando a participação efetiva na formulação e execução das estratégias de policiamento, conhecendo (e procurando solucionar) os problemas de Segurança Pública da comunidade local. Além disso, o Tenente completou que o policial militar que recebe o treinamento para atuar na BSC deve permanecer por período mínimo de 2 (dois) anos, sendo apenas admitida a movimentação do servidor em período inferior, desde que em situações estritamente necessárias.
- IV. O policial militar comandante da BSC solicitou deslocar-se com a base durante o período do turno para realizar o abastecimento do veículo, considerando que o Posto de Combustível da Unidade estava indisponível no horário da chamada para o turno e que não estaria novamente disponível ao seu término. O Tenente disse que não iria autorizar o deslocamento, pois como Comandante de Setor não tem autonomia para tal.

Com base no contido na **Instrução nº 3.03.21/2017-CG, de 20/08/18** - Base de Segurança Comunitária. 2º Edição Revisada e **Diretriz Geral para Emprego Operacional da PMMG nº 3.01.01/2019-CG** (DGEOP), que regula o emprego operacional da Polícia Militar de Minas Gerais, marque a alternativa que contém as situações em que o Oficial agiu e se posicionou **CORRETAMENTE**:

- A. () I e II, apenas.
B. () Apenas I.
C. () I, II e III, apenas.
D. () Todas estão corretas.

9ª QUESTÃO – Uma Guarnição de Radiopatrulhamento durante seu turno de serviço se depara com um indivíduo armado, que toma uma refém no interior de uma loja de departamentos. O comandante da Guarnição identifica o tipo de incidente crítico e o tipo de perpetrador e realiza as seguintes ações:

- Conter: Evitar que a situação aumente o seu grau de risco, seu agravamento ou que ela se alastre.
- Isolar: a partir da identificação do ponto crítico, o Comandante da Guarnição define os perímetros de segurança, que é um procedimento necessário para interromper o contato dos perpetradores e reféns com o exterior;
- Estabilizar: o Comandante da Guarnição adota medidas para acalmar o perpetrador e vítimas, em termos emocionais e busca diminuir a tensão e tornar o ponto crítico tranquilo em termos físicos, evitando-se barulhos de sirenes, aglomeração de policiais militares armados, etc.;
- Verbalizar: Utilização da comunicação oral, com entonação apropriada e o emprego de termos adequados, que sejam facilmente compreendidos;
- Acionar: O Comandante de Guarnição repassará as informações preliminarmente ao COPOM/SOU, para que proceda o acionamento do Controlador do incidente, ao local.

Acionado pelo COPOM, o Tenente na função de Coordenador de Policiamento da Unidade (CPU) chegou ao local, coletou informações iniciais e confirmou a tipologia do incidente crítico. Então, repassou ao COPOM/SOU, para que retransmitisse os dados à unidade especializada. O Oficial potencializou as medidas de proteção e segurança inicialmente realizadas pelo Comandante da Guarnição e redimensionou o isolamento.

Com base nestas informações e o contido na **Instrução nº 3.03.24/2018-CG, de 06/11/2018**, que regula a atuação do Primeiro Interventor em ocorrências de incidentes críticos de segurança pública de natureza policial, marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () O Tenente CPU ao chegar ao local do incidente, por executar a função operacional de coordenador do policiamento, para o processo de gestão de incidente crítico, assume a figura de controlador do incidente. Dentre as funções previstas para o controlador do incidente tem a de preparar os locais para recepção das equipes e auxiliar na montagem do posto de comando.
- B. () O Tenente CPU ao chegar ao local do incidente, assume a função de gestor do incidente crítico e tem dentre suas atribuições assessorar tecnicamente o comandante da cena de ação na tomada de decisão.
- C. () O Tenente CPU como controlador do incidente, devido ter pleno conhecimento de todas as medidas adotadas desde o início da gestão do incidente, tem dentre suas atribuições a responsabilidade pela redação da ocorrência.
- D. () Por ser o militar mais antigo presente no local, o Tenente CPU assume a função do primeiro interventor, adotando todas as ações pertinentes a esta função.

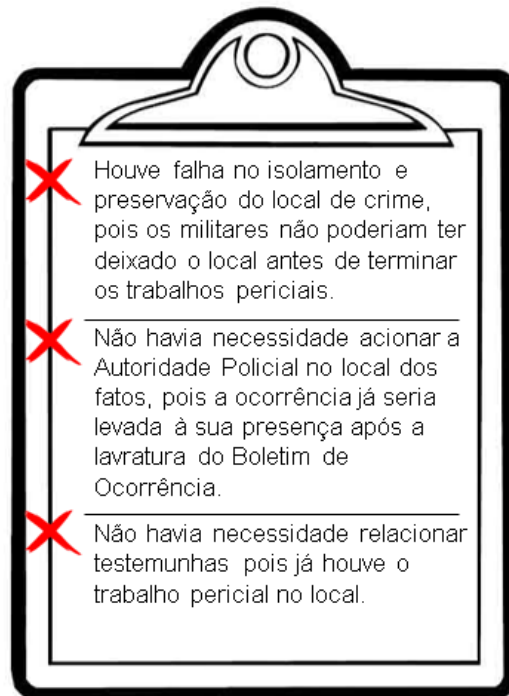
10ª QUESTÃO – Durante uma instrução para a tropa sobre o Portfólio de Serviços da PMMG, um Tenente falou sobre o serviço que tem como objetivo principal a prevenção do crime de homicídio nas localidades onde atua, e cujo trabalho consiste em ações de polícia preventiva e de reação qualificada. Considerando o que dispõe a **Resolução nº 4.827/2019, de 26/08/2019** - Portfólio de Serviços da Polícia Militar de Minas Gerais, assinale a alternativa correspondente ao serviço que possui a previsão normativa abordada pelo Tenente:

- A. () Patrulha de Prevenção ao Homicídio (PPH).
- B. () Tático Móvel (TM).
- C. () Grupo Especial de Policiamento em Área de Risco (GEPAR).
- D. () Patrulha de Operações (POP).

11ª QUESTÃO – Uma Guarnição de Radiopatrulhamento empenhada pelo COPOM para atendimento de uma ocorrência policial de natureza C 01.182 (Esbulho Possessório) compareceu ao local dos fatos, onde constatou o estado de flagrância e adotou as seguintes medidas:

- I. Deu voz de prisão ao cidadão infrator, deteve-o, informou-lhe os seus direitos e garantias constitucionais.
- II. Solicitou via rede de rádio a presença da Autoridade Policial e Perícia.
- III. Isolou, preservou e vigiou o local, porém deixou o local após a chegada dos Peritos, considerando que os Peritos dispensaram a cobertura da Polícia Militar para realização dos trabalhos periciais. Entretanto, antes de dispensarem a cobertura policial, os peritos orientaram que os Policiais Militares arrecadassem os instrumentos da infração.
- IV. Relacionaram e qualificaram testemunhas do fato.
- V. Conduziram o cidadão infrator para Unidade de Polícia Civil da AISP onde foi apresentado à Autoridade Policial, juntamente com o Boletim de Ocorrência do fato.

O Tenente Coordenador do Policiamento da Unidade (CPU) acompanhou a ocorrência e, após o seu encerramento, se reuniu com a equipe empenhada na ocorrência a fim de realizar um *debriefing* (reunião em que se reporta sobre a execução de uma tarefa) da atuação, oportunidade em que fez as seguintes pontuações:



Tendo como base as previsões normativas contidas na **Nota Técnica nº 1.7/2018-DAO**, de 11/04/2018 - Orientações operacionais face à prática do inc. II do art. 161 do Código Penal Brasileiro (Esbulho Possessório), marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () O Tenente está parcialmente correto em suas observações, pois, de fato, o isolamento e preservação do local do crime não poderia ser desfeito de forma alguma.
- B. () O Tenente está parcialmente correto pois, considerando que houve a prisão em flagrante e houve a presença da Perícia, é dispensável que se relacione testemunhas do fato.
- C. () O Tenente está totalmente correto em suas observações sobre a atuação da Guarnição de Radiopatrulhamento que atendeu à ocorrência.
- D. () Todas as ações desenvolvidas pelos policiais militares na ocorrência estão corretas, nos termos da Nota Técnica 1.7/2018-DAO, de 11/04/2018, estando o Tenente equivocado em suas pontuações.

12ª QUESTÃO – Considerando a Instrução nº 3.03.28/2020-CG, de 16/03/2020 - Regula a atuação do policial militar no gerenciamento de crises decorrentes de incidentes críticos de natureza policial, marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () Os objetivos do gerenciamento de crises são: Preservar a Ordem Pública; Aplicar a Lei; Reduzir o crime e o medo do crime.
- B. () São fases do gerenciamento de crises: Pré-incidental (são elaborados os protocolos operacionais, os planos de ação e o *checklist*); Incidental (subdivide em: pronta resposta; coordenação e controle; resolução) e Pós-incidental (ocorre a preservação do local de crime, o registro da ocorrência, as medidas de polícia judiciária militar e, se for necessário, a divulgação seletiva e programada de imagens).

- C. () Há uma série de ferramentas que podem ser aplicadas para avaliação do risco. Elas permitem analisar mais facilmente os riscos existentes em uma operação ou gestão de incidentes críticos, suas consequências e probabilidades, assim, o gestor pode reduzir a incerteza e tomar uma decisão mais adequada, com menor potencial de erro ou agravo. Para a PMMG recomenda-se o emprego da técnica 5W2H, que permite identificar: O que? Quem? Quando? Onde? Por que? Quanto? Como?
- D. () O processo de gestão de risco engloba as seguintes etapas: identificação de direitos e garantias sob ameaça; avaliação das ameaças; classificação de risco; análise das vulnerabilidades; avaliação dos possíveis resultados.

13ª QUESTÃO – Considerando o que dispõe o **Manual Técnico-Profissional 3.04.01/2020-CG (MTP 01)** – Intervenção Policial, Processo de Comunicação e Uso da Força, analise as assertivas abaixo:

- I. O modelo gráfico do uso diferenciado da força apresenta quatro níveis que representam os possíveis comportamentos do abordado: Cooperativo, Resistente Passivo, Resistente Ativo (Agressão não Letal) e Resistente Ativo (Agressão Letal), aos quais correspondem, respectivamente, quatro níveis diferenciados de respostas.
- II. Entende-se por intervenção policial, a ação ou a operação que empregam técnicas e táticas policiais, em eventos de defesa social, tendo como objetivo prioritário a promoção e a defesa dos direitos fundamentais da pessoa. Podemos afirmar que existem quatro etapas em uma intervenção policial, quais sejam: Preparo Mental, Plano de Ação, Execução e Avaliação.
- III. Identificação de direitos e garantias sob ameaça; Avaliação das ameaças; Classificação das ameaças; Análise das vulnerabilidades e Avaliação dos possíveis resultados compõe as 05 (cinco) etapas da avaliação de riscos em uma intervenção policial.
- IV. Em algumas situações, quando a avaliação de riscos leva o policial militar à conclusão de que não possui condições suficientes para agir imediatamente, recomenda-se ao policial militar algumas ações de primeiro interventor, quais sejam: não adentrar a área de risco; conter a crise, ou seja, impedir que outras pessoas ou áreas sejam envolvidas; isolar o local; solicitar apoio via rede de rádio e iniciar a verbalização.

Após análise das assertivas, podemos **AFIRMAR** que:

- A. () Todas estão corretas.
- B. () Todas estão incorretas.
- C. () Somente I e III estão incorretas.
- D. () Somente I, II e III estão incorretas.

14ª QUESTÃO – Durante o turno de serviço, o Ten Audaz, na função de CPU do 70º BPM, foi acionado a comparecer ao local de uma ocorrência onde o Cb Brasil solicitou orientações acerca da seguinte situação:

Em atendimento de uma ocorrência despachada via rede de rádio pelo CICOP, a qual denunciava um indivíduo em atitude suspeita, a guarnição comandada pelo Cb Brasil realizou a prisão em flagrante delito do autor Pé de Galo pelo crime de tráfico de drogas por estar em posse de uma bolsa contendo 10 (dez) quilos de cocaína que seria entregue a um comprador. Ainda durante as verificações, compareceu ao local da abordagem o Sr. João Garantia, apresentando-se como advogado e exigindo o contato pessoal e reservado com seu cliente. Como o local da abordagem se deu em uma zona quente de criminalidade (ZQC), levando em consideração que os militares ainda se encontravam em local de risco, não sendo possível garantir a segurança no local, o Cb Brasil negou o pedido do Sr. João Garantia, informando-lhe que permitiria tal contato assim que estivesse em local seguro e pudesse garantir a segurança de todos, inclusive do próprio advogado. Insatisfeito com a negativa do militar, o Sr. João Garantia então proferiu os seguintes dizeres: “Seu Soldadinho analfabeto, segundo preceitua o art. 7º, III, da Lei Federal nº 8.069/94, é reservado ao advogado comunicar-se com seus clientes, pessoal e reservadamente, mesmo sem procuração. Se você não estudou e não tem competência para estar na função não é problema meu.”

Considerando o **Manual Técnico-Profissional 3.04.02/2020-CG (MTP 02)** – Abordagem a Pessoas e o fato de que a fala do Sr. João Garantia configurou o crime de desacato, o Ten Audaz deverá orientar ao Cb Brasil que sejam adotados os seguintes procedimentos:

- A. () Após a apresentação da carteira funcional pelo Sr. João Garantia, constatado que ele estava no exercício da função, deverá ser confeccionado o boletim de ocorrência policial pelo crime de desacato. O referido registro policial deverá ser encaminhado posteriormente à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para que sejam tomadas as providências cabíveis, sendo vedada a condução do advogado.
- B. () Após a apresentação da carteira funcional pelo Sr. João Garantia, realizar a sua prisão em flagrante delito pelo crime de desacato e confeccionar o boletim de ocorrência, encaminhando o advogado e o registro policial para a Delegacia de Polícia Civil para providências cabíveis.
- C. () Após a apresentação da carteira funcional pelo Sr. João Garantia, constatado que ele estava no exercício da função, deverá ser confeccionado o boletim de ocorrência policial pelo crime de desacato. O referido registro policial deverá ser encaminhado posteriormente à Polícia Judiciária competente para que sejam tomadas as providências cabíveis, sendo vedada a condução do advogado para a Delegacia de Polícia Civil.
- D. () Após a apresentação da carteira funcional pelo Sr. João Garantia, constatado que ele estava no exercício da função, deverá ser confeccionado o boletim de ocorrência policial pelo crime de desacato. A guarnição policial deverá aguardar a chegada de um representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para conduzir o advogado à Delegacia da Polícia Civil.

15ª QUESTÃO – Considerando o que dispõe no **Manual Técnico-Profissional 3.04.03/2020-CG (MTP 03)** – Blitz Policial, analise as assertivas abaixo:

- I. O policial militar que atuar em uma Operação Blitz classificada quanto ao tipo como repressiva, deverá estar no estado de prontidão alerta – laranja.
- II. Uma Operação Blitz categoria 3 possui porte grande, um efetivo de 7 ou mais policiais militares e no mínimo 01 viatura.
- III. A blitz policial deve ser precedida de planejamento elaborado pela Seção de Emprego Operacional (P3), por meio de ordens de serviço ou outros instrumentos, nos quais estejam presentes todos os aspectos que, direta ou indiretamente, venham a contribuir para o sucesso da operação. Logo, o Comandante da Operação não deve alterar o local e horário previstos no planejamento realizado pela P3, devendo encaminhar a referida Seção, caso identifique falhas, sugestões para planejamentos futuros.
- IV. Para melhor entendimento e detalhamento das ações, são atribuídas funções específicas aos policiais envolvidos na operação blitz, quais sejam: PM Comandante, PM Seleccionador, PM Vistoriador, PM Revistador, PM Relator e PM Segurança. Havendo, durante a realização de uma operação Blitz, ocupação máxima dos Boxes, recomenda-se que o PM Comandante assuma a função de relator a fim de otimizar o serviço.

Após análise das assertivas, podemos **AFIRMAR** que:

- A. () Todas as assertivas são falsas.
- B. () Apenas três assertivas são falsas.
- C. () Apenas uma assertiva é falsa.
- D. () Apenas duas assertivas são falsas.

16ª QUESTÃO – De acordo com o **Manual Técnico-Profissional 3.04.04/2020-CG (MTP 04)** – Abordagem a Veículos, enumere a segunda coluna de acordo com a primeira e, a seguir, marque a única alternativa que contém a sequência de respostas **CORRETA**, na ordem de cima para baixo.

- | | |
|--|---|
| (1) Cerco. | () Consiste em tática a ser utilizada em abordagens a veículos nível 2 ou 3, criando-se a área de segurança. |
| (2) Bloqueio. | () É uma ação tática que consiste no posicionamento de obstáculos com a finalidade de interromper totalmente o fluxo da via. |
| (3) Interceptação. | () É uma ação policial que visa a captura dos ocupantes do veículo em fuga, a partir da imobilização definitiva do veículo. |
| (4) Tática de posicionamento diagonal. | |
| (5) Tática de posicionamento paralelo. | |

- () É uma ação tática, que consiste no posicionamento conjunto de policiais militares e viaturas policiais (e outros recursos logísticos) em pontos estratégicos dentro de um espaço geográfico, a fim de controlar as rotas de fuga do veículo evasor, por meio da disposição de obstáculos na via de forma a reduzir a velocidade dos veículos que passam pelo local.
- () Consiste em tática a ser utilizada em abordagens nível 1, as quais tem caráter educativo ou assistencial, ou ainda em operações preventivas com parada de veículos para fiscalização de documentos e equipamentos obrigatórios.

- A. () 4, 1, 2, 3, 5.
B. () 5, 1, 2, 3, 4.
C. () 4, 2, 3, 1, 5.
D. () 5, 2, 3, 1, 4.

17ª QUESTÃO – De acordo com a **Instrução Conjunta de Corregedorias nº 01 (ICCPM/BM nº 01/14) de 03/02/2014** - Estabelece padronização sobre as atividades administrativas e disciplinares no âmbito da PMMG e CBMMG, marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () O militar fardado que é encontrado em via pública ou lugar acessível a esta, ingerindo bebida alcoólica (afora eventos de confraternizações e/ou conagraçamentos em áreas sujeitas à Administração Militar em que a prática moderada pode ser tolerada) e não apresenta sinais de embriaguez, comete transgressão disciplinar de natureza grave.
- B. () O militar, não estando em serviço, que não portar etiqueta de identificação, comete transgressão disciplinar de natureza média.
- C. () A ausência do militar ao treinamento policial/profissional básico (TPB) constituirá transgressão disciplinar de natureza grave, posto que estará a disposição dessa atividade.
- D. () Ao militar em disponibilidade cautelar é permitida a permuta de serviço, durante a vigência da medida.

18ª QUESTÃO – Considerando a Segunda Edição do Plano Estratégico 2020-2023 da Polícia Militar de Minas Gerais – Aprovado pela **Resolução n. 5.066, de 12/01/2021**, enumere a 2ª coluna de acordo com a 1ª e, ao final, marque a alternativa que contém a sequência **CORRETA** de respostas, na ordem de cima para baixo:

- (1) Possui atribuições de caráter normativo, consultivo e deliberativo, e tem como missão principal exercer a coordenação geral da gestão estratégica na PMMG. () Assessoria de Desenvolvimento Organizacional (ADO)
- (2) Foram instituídas pela PMMG com a finalidade de promover a interlocução entre as unidades dos níveis estratégicos, tático e operacional, de forma a garantir o alinhamento no desenvolvimento e monitoramento das estratégias organizacionais. () Sistema de Gestão da Polícia Militar de Minas Gerais
- (3) É estruturado pelo Gerenciamento da Rotina de Trabalho do Dia-a-Dia e pelo Gerenciamento pelas Diretrizes. () Comitê de Gestão Estratégica.
- (4) Vinculada ao Comando-Geral da PMMG, unidade responsável pelo assessoramento nos campos da Gestão: Estratégica, Projetos, Processos, Qualidade, Inovação e Conhecimento. Desempenha, ainda, as atividades de coordenação e direcionamento das ações prospectivas da Instituição. () Equipe de Apoio à Gestão Estratégica – EAGE

- A. () 2, 3, 1, 4.
B. () 4, 3, 1, 2.
C. () 3, 4, 1, 2.
D. () 4, 3, 2, 1.

19ª QUESTÃO – Considerando o conteúdo do Manual de Gestão de Imóvel da Polícia Militar de Minas Gerais – Aprovado pela **Resolução n. 5.139, de 25/10/2021**, analise as assertivas abaixo e marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () Residência Funcional é o imóvel de propriedade do Estado de Minas Gerais ou o imóvel pertencente a terceiro que for formalmente cedido, permutado ou dado em comodato ao Estado, regularmente vinculado à PMMG, destinado à ocupação temporária exclusiva de militar da ativa, limitado ao tempo em que estiver designado na função.
- B. () Em Belo Horizonte, o imóvel classificado como Residência Funcional será destinado ao Comandante de Policiamento da Capital (CPC).
- C. () Não havendo disponibilidade de casa Residência Funcional na localidade onde se situa a sede da Unidade ou da fração destacada, fica autorizado a locação de imóvel para essa finalidade.
- D. () Nas cidades sedes de várias Unidades que não dispuserem de Residência Funcional para todos os Comandantes, caberá ao Comandante da UDI encaminhar proposta de destinação das residências funcionais ao Chefe do EMPM para decisão.

20ª QUESTÃO – Considerando o conteúdo do Manual de Gerenciamento de Frota da Polícia Militar de Minas Gerais – Aprovado pela **Resolução n. 5.142, de 22/11/2021**, analise as assertivas abaixo e marque a alternativa **INCORRETA**.

- A. () O preenchimento da Ficha de Movimentação de Viatura é de responsabilidade exclusiva do comandante de guarnição, e sua fiscalização é competência do Gestor de Frota da Unidade ou de seu Auxiliar.
- B. () É vedada a circulação de viaturas da PMMG sem o lançamento de dados na Ficha de Movimentação de Viatura, que se destina a controlar seu uso e identificar o condutor da viatura. O uso da ficha poderá ser substituído por controle informatizado desenvolvido pela DTS, quando disponibilizado.
- C. () Compete ao auxiliar do Gestor de Frota da Unidade fiscalizar os dados informados na Ficha de Movimentação de Viatura, anotando as irregularidades, porventura ocorridas, relatando-as ao Gestor da Frota Unidade.
- D. () É obrigatório portar o CRLV vigente, impresso ou eletrônico (conforme resoluções do CONTRAN) e ficha de movimentação da viatura impressa ou eletrônica ao conduzir viatura da PMMG.

21ª QUESTÃO – De acordo com o **Memorando n. 30.140.4/2021, de 22/11/2021** – Procedimentos em ocorrências que envolvam CAC, assinale a alternativa **CORRETA** sobre o prazo de validade da Guia de Tráfego (GT) para atirador desportivo e caçador:

- A. () O prazo será de 02 anos da aquisição do armamento.
- B. () No caso do atirador desportivo, o prazo será o mesmo da duração do torneio para o qual se inscreveu.
- C. () Será o mesmo prazo de validade do Certificado de Registro.
- D. () O prazo será de 06 meses, renovando-se sempre ao final do período.

22ª QUESTÃO – De acordo com o **Memorando técnico n. 14.3/2020, de 17/08/2020** - Cancelamento das sanções disciplinares regulada pela Lei nº 23.511, de 20 de dezembro de 2019, e suas implicações no âmbito da PMMG, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A. () Recomenda-se a aplicação da Lei nº 23.511, a partir da data de sua publicação (20 de dezembro de 2019), ou seja, com efeitos *ex nunc*, vedada a sua retroatividade à fatos anteriores para qualquer fim.
- B. () Verifica-se que os atos administrativos de cancelamento das transgressões disciplinares publicados até 19 de dezembro de 2019, isto é, antes da promulgação da Lei nº 23.511/2019, apesar de terem sido praticados de acordo com a normativa vigente, podem ser revistos e serem julgados novamente.
- C. () Tendo em vista que o cancelamento de punição possui natureza de recompensa, pode-se aplicar a retroatividade da norma administrativa, com aplicação da regra do direito penal (retroatividade benéfica), prevista no art. 5º, inciso XL, da CRFB/1988.
- D. () Os candidatos beneficiados pela referida lei ficam aptos a concorrer à promoção, por merecimento ou antiguidade, de imediato a partir da sua publicação, 20 de dezembro de 2019.

23ª QUESTÃO – Conforme dispõe a **Lei Estadual n. 5.301, de 16/10/1969** - contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais, sobre os deveres, responsabilidades, direitos e prerrogativas dos militares estaduais, analise as seguintes assertivas:

- I. O militar da ativa que aceitar cargo público civil temporário, não eletivo, assim como em autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista, independente da natureza da atividade a ser exercida, ficará agregado ao respectivo quadro, e, enquanto permanecer nessa situação, não poderá ser promovido, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para transferência para a reserva ou reforma.
- II. Os militares da ativa e os inativos, estes quando convocados ou designados para o serviço ativo, podem, no interesse da dignidade profissional, ser chamados a prestar contas sobre a origem e natureza dos seus bens móveis, imóveis e semoventes.
- III. No intuito de desenvolver a prática profissional e elevar o nível cultural dos elementos da Corporação, é permitido, no meio civil, aos militares titulados, o exercício do magistério ou de atividades técnico-profissionais, atendidas as restrições previstas em lei própria.
- IV. Os militares da reserva ou reformados podem ser proibidos de usar uniformes, temporária ou definitivamente, em virtude da prática de atos indignos, por decisão do Comandante Geral.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- A. () As assertivas I e IV são falsas.
- B. () As assertivas I, II e III são verdadeiras.
- C. () Todas as assertivas são verdadeiras.
- D. () Apenas a assertiva I é falsa.

24ª QUESTÃO – Conforme dispõe a **Lei Estadual n. 14.310, de 19/06/2002** - dispõe sobre o Código de Ética de Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais, são causas de justificação ter sido cometida a transgressão disciplinar, **EXCETO**:

- A. () Em obediência a ordem superior, desde que manifestamente legal.
- B. () No estrito cumprimento do dever legal.
- C. () Por motivo de relevante valor social ou moral.
- D. () Sob coação irresistível.

25ª QUESTÃO – Conforme a **Resolução Conjunta n. 4.338, de 04/09/2014** - Dispõe sobre os parâmetros para declaração de ação legítima de militares estaduais em conformidade com o § 4º do art. 203 da Lei n. 5.301/69, que contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais (EMEMG), **Lei Estadual n. 14.310, de 19/06/2002** - dispõe sobre o Código de Ética de Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais e **Lei Estadual n. 5.301, de 16/10/1969** - contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais, analise as seguintes assertivas e, a seguir, marque a alternativa **CORRETA**:

- I. Ação legítima é a intervenção (resposta) ou atuação do militar estadual, isolado ou em conjunto, em ocorrência de natureza comum ou militar, quer por determinação, solicitação ou iniciativa própria, desde que tal desempenho se faça comprovadamente necessário e se pautar nos estritos parâmetros autorizados pelo direito.
- II. Nos crimes culposos de qualquer natureza e nos demais crimes não previstos no art. 203, IX, do EMEMG, não se deve manifestar sobre a legitimidade da ação.
- III. A declaração da ação legítima (ou ilegítima) será realizada por meio de ato administrativo da autoridade militar competente em ato administrativo próprio e em hipótese alguma poderá se dar diretamente no ato de homologação/avocação da solução do Inquérito Policial Militar (IPM).
- IV. Para fins de suprir eventual contradição, omissão (ausência de ato) ou obscuridade em relação à manifestação acerca da legitimidade da ação, poderá a autoridade conferir ao ato o efeito retroativo, desde que devidamente motivado e respeitado o prazo de 5 (cinco) anos, contados da data do conhecimento pela Administração. A competência para tal ato é de qualquer Autoridade Militar que detenha poder disciplinar sobre o militar estadual envolvido.

- A. () Somente as assertivas II e III são falsas.
- B. () Somente as assertivas III e IV são falsas.
- C. () Somente as assertivas I, II e IV são verdadeiras.
- D. () Somente as assertivas I, III e IV são verdadeiras.

26ª QUESTÃO – De acordo com o disposto na **Resolução Conjunta n. 4.220, de 28/06/2012** - Manual de processos e procedimentos administrativos das instituições militares do Estado de Minas Gerais – MAPPA, analise as seguintes assertivas a respeito do Processo Administrativo Disciplinar Sumário (PADS) e em seguida assinale a resposta **CORRETA**:

- I. Para a submissão a PADS do militar classificado no conceito “C”, devidamente notificado, é necessário que seja reincidente em falta de intensidade grave, ou seja, cometa uma transgressão disciplinar de natureza grave após ter cometido transgressão disciplinar desta mesma natureza (ativada).
- II. O requisito de tempo de efetivo serviço inferior a 03 (três) anos para submissão a PADS deverá estar presente somente quando da data do cometimento da falta disciplinar que o ensejou, não sendo relevante a data da instauração do processo.
- III. Instaurado o PADS, mesmo que o militar acusado venha a completar 03 (três) anos de efetivo serviço durante o seu curso ou na fase recursal, o processo seguirá o seu rito próprio até a sua solução definitiva.
- IV. Vislumbrando a autoridade convocante a possibilidade do militar acusado completar 03 (três) anos de efetivo serviço durante o curso do processo, poderá, quando de sua instauração, optar pela submissão do militar ao PAD.

- A. () Apenas as assertivas II, III e IV são verdadeiras.
- B. () Apenas as assertivas II e IV são falsas.

- C. () Apenas as assertivas II e III são falsas.
D. () Apenas as assertivas I, III e IV são verdadeiras.

27ª QUESTÃO – Considerando a **Resolução n. 4.745, de 19/11/2018** - Procedimentos operacionais para lavratura do Termo Circunstanciado de Ocorrências (TCO) pela Polícia Militar de Minas Gerais, no que diz respeito ao CREDS-TC das Unidades/Frações, todas as afirmativas estão corretas, **EXCETO**:

- A. () Todos os documentos relevantes, dentre eles o REDS, o termo de manifestação da vítima e o termo de comparecimento do autor, além dos materiais apreendidos, devem ser juntados e organizados para entrega, mediante recibo manual, no JECrim.
B. () Em geral as CREDS-TC terão acesso restrito e serão instalados nas sedes das Unidades/frações, ficando a cargo do Comando da Unidade de Direção Intermediária (UDI), juntamente com os Comandos de Unidades, esta definição.
C. () Encaminhar, se possível no primeiro dia útil posterior ao registro, os REDS-TC ao JECrim. A Unidade deverá diligenciar para que o encaminhamento do REDS-TC não ultrapasse o prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.
D. () As Unidades deverão diligenciar para manter o CREDS-TC sempre organizado e, sendo possível, com monitoramento por câmeras de vídeo com gravação.

28ª QUESTÃO – Considerando a **Resolução n. 5.135, de 08/10/2021** - Dispõe sobre a aquisição, a venda, o cadastro, o registro, a posse e o porte de arma de fogo, munição e colete de proteção balística de propriedade dos policiais militares da PMMG; e a **Resolução n. 5.136, de 08/10/2021** - Dispõe sobre a cautela fixa de arma de fogo pertencente à Polícia Militar de Minas Gerais; são causas concomitantemente impeditivas à autorização para aquisição de arma de fogo e à concessão da Cautela Fixa de Arma de Fogo - CFAF no âmbito da PMMG, **EXCETO**:

- A. () Estar processado por crime doloso previsto em lei que comine pena máxima de reclusão, superior a dois anos, desconsideradas as situações de aumento ou diminuição de pena, havendo ou não ato administrativo de reconhecimento de ação legítima.
B. () Encontrar-se afastado do exercício de função por decisão judicial.
C. () Estar sob licença ou dispensa de saúde com restrição ao uso ou manuseio de armamento.
D. () Tenha contribuído, dolosamente, para o extravio de arma de fogo que se encontrava sob sua responsabilidade.

29ª QUESTÃO – Considerando-se a **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, sobre direitos e garantias fundamentais, analise as assertivas abaixo:

- I. É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura, desde que se observe a respectiva licença prévia.

- II. No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior pelo uso, ainda que não ocorra dano.
- III. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se, exclusivamente aos brasileiros natos e naturalizados, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.
- IV. Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade competente, mesmo nos casos de crime propriamente militar definidos em lei.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- A. () Todas as assertivas são verdadeiras.
- B. () Somente a assertiva I é verdadeira.
- C. () Somente as assertivas II e IV são verdadeiras.
- D. () Nenhuma das assertivas é verdadeira.

30ª QUESTÃO – De acordo com a **Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989**, analise as assertivas abaixo e responda o que se pede:

- I. O Tribunal de Justiça Militar, com sede na Capital e jurisdição em todo território do Estado, compõe-se de juízes Oficiais da ativa, do mais alto posto da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar, e de juízes civis, em número ímpar. Os juízes integrantes do quinto constitucional serão nomeados por ato do Presidente do Tribunal de Justiça Militar.
- II. Compete à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros Militar, a função de polícia judiciária do Estado, nos termos da Lei Estadual.
- III. A Justiça Militar é constituída, em primeiro grau, somente pelos Conselhos de Justiça e, em segundo grau, pelo Tribunal de Justiça Militar.
- IV. A competência da Justiça Militar restringe-se em processar e julgar os militares do Estado, nos crimes militares definidos em lei.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () Somente a assertiva I é verdadeira.
- B. () Todas as assertivas são falsas.
- C. () Somente as assertivas II e III são verdadeiras.
- D. () Somente as assertivas I e IV são verdadeiras.

31ª QUESTÃO – De acordo com o **Decreto-Lei n. 1001/1969 - Código Penal Militar**, analise as assertivas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa **CORRETA**:

- I. A conduta de reunirem-se militares utilizando-se de viatura militar, para ação militar, ou prática de violência, em desobediência a ordem superior ou em detrimento da ordem ou da disciplina militar, configura o crime de motim.

- II. A conduta de reunirem-se dois ou mais militares, com armamento ou material bélico, de propriedade militar, praticando violência à pessoa ou à coisa pública ou particular em lugar sujeito ou não à administração militar, configura do crime de revolta.
 - III. Ao tratar do concurso de agentes, o CPM estabelece que, quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas. Contudo, estabelece também atenuação de pena para quem tem participação em menor grau de importância e agravação de pena para quem dirige a atividade dos demais agentes.
 - IV. O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição em contrário, não são puníveis se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado.
- A. () Somente as assertivas I, III e IV são verdadeiras.
 - B. () Somente as assertivas I, II e III são verdadeiras.
 - C. () Somente a assertiva II é verdadeira.
 - D. () Todas as assertivas são verdadeiras.

32ª QUESTÃO – De acordo com o **Decreto Lei n. 2848/1940 - Código Penal**, analise as assertivas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa **CORRETA**.

- I. A emoção no momento da conduta criminosa, devidamente comprovada, exclui a imputabilidade penal.
 - II. A embriaguez voluntária, pelo álcool ou substância de efeitos análogos, exclui a imputabilidade penal.
 - III. A embriaguez culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos, exclui a imputabilidade penal.
 - IV. A embriaguez, proveniente de caso fortuito ou força maior, que faz com que o agente não possua, ao tempo da ação ou da omissão, a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou determinar-se de acordo com esse entendimento, exclui a imputabilidade penal.
- A. () Somente as assertivas I, II e III são verdadeiras.
 - B. () Todas as assertivas são falsas.
 - C. () Somente a assertiva IV é verdadeira.
 - D. () Somente as assertivas III e IV são verdadeiras.

33ª QUESTÃO – Com base na **Lei Federal n. 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação**, marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () São consideradas informações imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado aquelas cuja divulgação ou acesso irrestrito possam comprometer os investimentos das empresas brasileiras de capital privado no exterior.
- B. () O prazo máximo de restrição de acesso à informação será de 20 anos para aquela classificada como secreta.
- C. () São consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, passíveis de classificação as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam pôr em risco a segurança de instituições ou de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares.

- D. () Não são consideradas informações imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado aquelas cuja divulgação ou acesso irrestrito possam pôr em risco a integridade do território nacional.

34ª QUESTÃO – Considerando o disposto na **Lei Federal n. 14.133/2021** - Lei de Licitações e Contratos Administrativos, analise as assertivas abaixo e, a seguir, assinale a alternativa **CORRETA**:

- I. O processo licitatório tem como um dos seus objetivos assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para as partes envolvidas (contratante e contratado).
 - II. O processo licitatório não tem como um dos seus objetivos evitar contratações com sobrepreço.
 - III. O processo licitatório tem como um dos seus objetivos incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.
 - IV. O processo licitatório tem como um dos seus objetivos assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição.
- A. () Somente as assertivas II, III e IV são verdadeiras.
B. () Somente as assertivas I e IV são verdadeiras.
C. () Todas as assertivas são verdadeiras.
D. () Somente as assertivas III e IV são verdadeiras.

35ª QUESTÃO – Considerando o contido no **Decreto-Lei n. 4.657/1942** - Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () A lei posterior revoga a anterior quando tacitamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
- B. () Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país sessenta dias depois de oficialmente publicada.
- C. () A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados a analogia, a jurisprudência, os costumes e os princípios gerais do direito.
- D. () Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum.

36ª QUESTÃO – Sobre a **Lei Federal n. 8.429/1992** - Lei de Improbidade Administrativa e a **Lei Federal n. 9.455/1997** - Lei da Tortura, analise as assertivas abaixo e responda:

- I. As condutas dolosas e culposas praticadas por agente público que caracterizem enriquecimento ilícito, lesão ao erário e atentado contra os princípios da administração pública são puníveis, nos termos da Lei de Improbidade Administrativa.
- II. O agente público que constrange alguém sem emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental com o fim de obter informação pratica ato de tortura cuja pena pode ser aumentada de um sexto até um quinto.

- III. Constitui ato de improbidade administrativa o agente público frustrar, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de concurso público, com vistas à obtenção de benefício próprio, direto ou indireto, ou de terceiros.
- IV. Constitui ato de improbidade administrativa o agente público permitir ou facilitar a alienação ou locação de bem integrante do patrimônio de qualquer das entidades referidas no art. 1º da Lei de Improbidade Administrativa, ou ainda a prestação de serviço por parte delas, por preço superior ao de mercado.

Estão **CORRETAS** as assertivas:

- A. () III, apenas.
- B. () I e III, apenas.
- C. () II e IV, apenas.
- D. () I e IV, apenas.

37ª QUESTÃO – Considerando o que dispõe o **Decreto-Lei nº 1.002/1969 - Código de Processo Penal Militar**, acerca da Polícia Judiciária Militar e do Inquérito Policial Militar, analise as assertivas abaixo e responda o que se pede:

- I. A polícia judiciária militar é exercida privativamente por oficial da ativa, cabendo a ele, entre outras atribuições, apurar os crimes militares, bem como os que, por lei especial, estão sujeitos à jurisdição militar, e sua autoria. Essa apuração se dá por meio de inquérito policial militar, cuja função de escrivão é privativa de Segundo ou Primeiro Tenente.
- II. Em se tratando da apuração de fato delituoso de excepcional importância ou de difícil elucidação, o encarregado do inquérito poderá solicitar à autoridade delegante a indicação de procurador que lhe dê assistência.
- III. Os policiais militares e bombeiros militares que figurarem como investigados em inquéritos policiais militares, cujo objeto for a investigação de fatos relacionados ao uso da força letal praticados no exercício profissional, deverão ser citados da instauração do procedimento investigatório, sendo-lhes facultado constituir defensor no prazo de até 72 horas.
- IV. Os prazos para conclusão do inquérito policial militar são até 20 dias – caso o indiciado esteja preso – e até 40 dias – quando o indiciado estiver solto. Os prazos poderão ser prorrogados uma única vez por mais vinte dias pela autoridade militar superior. Esse pedido de prorrogação deve ser feito em tempo oportuno, de modo a ser atendido antes da terminação do prazo.

Estão **INCORRETAS** as assertivas:

- A. () II e IV, apenas.
- B. () II e III, apenas.
- C. () Todas as assertivas.
- D. () I, III e IV, apenas.

38ª QUESTÃO – Considerando o disposto na **Lei Federal n. 8.666/1993** - Estatuto das Licitações e Contratos Administrativos, analise as assertivas abaixo e, a seguir, assinale a alternativa **CORRETA**:

- I. Compra é toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse da Administração.
 - II. Execução indireta é toda transferência de domínio de bens a terceiros.
 - III. Seguro-Garantia é o seguro que é feito pelos órgãos e entidades da Administração, por seus próprios meios.
 - IV. Empreitada por preço global é quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo e total.
- A. () Somente as assertivas II e IV são verdadeiras.
B. () Somente a assertiva I é verdadeira.
C. () Somente a assertiva IV é verdadeira.
D. () Todas as assertivas são falsas.

39ª QUESTÃO – Considerando o contido no **Decreto-Lei nº 3.689/1941 - Código de Processo Penal** a respeito da prisão, das medidas cautelares e da liberdade provisória, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A. () Se o réu, sendo perseguido, passar ao território de outro município ou comarca, o executor poderá efetuar-lhe a prisão no lugar onde o alcançar, devendo apresentar imediatamente o preso à autoridade policial do local onde iniciou a perseguição.
- B. () Ressalvados os casos de urgência ou de perigo de ineficácia da medida, o juiz, ao receber o pedido de medida cautelar, determinará a intimação da parte contrária, para se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias.
- C. () A captura poderá ser requisitada, à vista de mandado judicial, por qualquer meio de comunicação, tomadas pela autoridade, a quem se fizer a requisição, as precauções necessárias para averiguar a autenticidade desta.
- D. () O uso de algemas para contenção de mulheres infratoras possui algumas limitações legais como, por exemplo, a vedação de uso durante o período de puerpério imediato.

40ª QUESTÃO – Com base na **Lei Federal n. 13.869/2019** - Lei de Abuso de Autoridade, analise as assertivas abaixo e responda o que se pede:

- I. O conceito de agente público descrito pela lei é amplo, englobando aqueles que exercem, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por qualquer forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função em órgão ou entidade da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de Território.

- II. Será admitida ação privada se a ação penal pública não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público aditar a denúncia, repudiá-la e oferecer representação substitutiva, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.
- III. A condenação por crime previsto na Lei Federal nº 13.869/2019 impõe ao réu, dentre outras sanções, a perda do cargo, do mandato ou da função pública e a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública pelo período de 1 (um) a 3 (três) anos. Esses efeitos são condicionados à ocorrência de reincidência em crime de abuso de autoridade ou crime contra a administração pública e não são automáticos, devendo ser declarados motivadamente na sentença.
- IV. Constranger o preso, sem violência ou grave ameaça ou com redução de sua capacidade de resistência a exibir-se ou ter seu corpo ou parte dele exibido à curiosidade pública ou submeter-se a situação vexatória ou constrangimento não autorizado em lei, bem como prosseguir com o interrogatório de pessoa que tenha optado por ser assistida por advogado ou defensor público, sem a presença de seu patrono são alguns dos tipos penais previstos na Lei de Abuso de Autoridade.

Estão **INCORRETAS** as assertivas:

- A. () II e IV, apenas.
- B. () II, III e IV, apenas.
- C. () I e III, apenas.
- D. () I, III e IV, apenas.

-----corte aqui-----

RASCUNHO DO GABARITO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40

INSTRUÇÕES PARA REALIZAÇÃO DA PROVA DE REDAÇÃO

1. Considere o conteúdo do **EDITAL DRH/CRS Nº 16/2021, de 30 de dezembro de 2021**, Processo Seletivo Interno para admissão ao Curso de Habilitação de Oficiais da Polícia Militar de Minas Gerais, para o ano de 2022 (CHO/2022) e a leitura do texto *Infoxicação: como navegar em segurança pelo mar de informações*.

2. Redija um texto dissertativo-argumentativo, sobre o tema:

AS ATRIBUIÇÕES DE TENENTE E A INFOXICAÇÃO: COMO GERIR O TEMPO COM VISTAS À QUALIDADE DE VIDA E À PRODUTIVIDADE.

3. Em sua dissertação procure ter claro, antes de começar a escrever, o que você pensa sobre o assunto.

4. Escreva seu texto numa linguagem impessoal, defendendo sua ideia por meio de uma análise com argumentos sólidos e consistentes, não apenas “achando” alguma coisa sobre o assunto.

5. Um bom texto é aquele que requer leitura sem esforço, e não aquele de difícil compreensão – embora, com frequência, seja necessário um grande esforço da parte de quem escreve para conseguir tal efeito.

6. Respeite as regras gramaticais e ordene os pensamentos em uma sequência metódica e lógica, transformando-os em palavras claras e expressivas, evitando que o leitor tenha que se esforçar para decifrá-las.

7. **DÊ UM TÍTULO À SUA DISSERTAÇÃO**, escrevendo-o no local apropriado do impresso para a produção da redação.

8. Desenvolva a sua dissertação no máximo em 30 (trinta) linhas e no mínimo em 120 (cento e vinte) palavras.

9. O valor da redação é de 100 (cem) pontos.

10. Use caneta esferográfica com tinta azul ou preta.

11. Você pode escrever com letra cursiva ou de fôrma. Qualquer que seja sua opção, **DIFERENCIE AS LETRAS MAIÚSCULAS DAS MINÚSCULAS.**

12. Será atribuída nota zero à redação:

- a) cujo conteúdo versar sobre tema diverso do estabelecido;
- b) que fuja da tipologia, tema e proposta da redação;
- c) considerada ilegível ou desenvolvida em forma de desenhos, números, versos, espaçamento excessivo entre letras, palavras e parágrafos, bem como em códigos alheios à língua portuguesa escrita ou em idioma diverso do Português;
- d) que não for redigida com caneta de tinta azul ou preta;
- e) cujo texto seja, no todo ou em parte, cópia, transcrição ou plágio de outro autor;
- f) que apresentar qualquer escrita, sinal, marca ou símbolo que possibilite a identificação do candidato.

TEMA: _____

TÍTULO: _____

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30

RASCUNHO